

EXPECTATIVAS E PERCEPÇÕES SOBRE MATERNIDADE E FILHO IDEAL EM MULHERES QUE ESPERAM PELA ADOÇÃO DO PRIMOGÊNITO

Expectations and perceptions on maternity and ideal child for women waiting for the adoption of firstborn

MAHL, F. D.
JAEGER, F. P.
PATIAS, N. D.
DIAS, A. C. G.

Recebimento: 22/06/2011 – Aceite: 20/12/2011

RESUMO: O objetivo deste estudo foi compreender o que mulheres inférteis à espera de um filho adotivo pensam sobre a maternidade e como isso influencia na escolha do perfil da criança a ser adotada. O delineamento do estudo foi qualitativo e exploratório. Participaram do estudo oito mulheres que estavam na fila de espera pela adoção, há pelo menos 6 meses, na Comarca de Santa Maria/RS. As entrevistas foram submetidas a uma análise de conteúdo. Duas categorias emergiram da análise: “Expectativas em relação a maternidade” e “Percepções sobre a criança a ser adotada”. As entrevistadas perceberam a maternidade como uma experiência essencial para a mulher e para o casal. Elas também revelaram preferência por crianças menores de dois anos de idade, e do sexo feminino. A preferência por adotar bebês foi justificada pelo desejo de transmitir aos filhos os valores familiares. As entrevistadas ainda expressaram o desejo de adotar uma criança fisicamente semelhante com elas, Questões de gênero também foram identificadas, pois as participantes revelaram preferir adotar uma criança do sexo feminino, acreditando que as meninas são mais facilmente educadas e caseiras que meninos. Os resultados mostraram que as entrevistadas possuem percepções tradicionais associadas às noções de família e de maternidade, o que influencia por sua vez as percepções sobre a criança a ser adotada.

Palavras-chave: Adoção. Criança Adotada. Infertilidade. Maternidade.

ABSTRACT: The aim of this study was to understand what infertile women waiting for adoption think about motherhood and how these beliefs influence on the desired profile of the children to be adopted. The study design was qualitative and exploratory. Individual interviews were conducted with eight women who were in a waiting list for adoption for at least six months in the County of Santa Maria / RS. The interviews were submitted to the analysis of content. Two categories raised from the analysis, which are “Expectations about motherhood” and “Perceptions about the child to be adopted”. Respondents perceived motherhood as an essential experience for women and also for the couple. They also revealed a preference for female younger than two years old children. The preference for adopting babies was justified by the desire to transmit to the child the family’s values. The interviewees also expressed the desire to adopt a child physically resembling of themselves. In addition, gender issues were also identified, since the participants declared to prefer a female child, believing that girls are more homely and easily educated than boys. The results showed that the respondents have traditional perceptions about family and motherhood, which influences the perception they have about the child to be adopted.

Keywords: Adoption. Adopted Child. Infertility. Maternity.

No decorrer da história percebe-se que a construção da identidade feminina esteve intimamente ligada ao fato de ser mãe (ARIÈS, 1981; BEAUVOUR, 1980; BADINTER, 1985). De fato, por muito tempo, permaneceu a ideia de que a mulher para ser feminina de verdade deveria ser mãe. Maldonado (2002) afirma que as atitudes maternas bem como o papel de mãe têm se modificado no decorrer da história, o que pode nos levar a pensar a maternidade como um comportamento social, que se adequa a um determinado contexto histórico. Dessa forma, podemos afirmar que os discursos sobre o fenômeno são construídos por fatores históricos e sociais que determinam como a maternidade será vivida e representada. Observa-se que, mesmo nos dias atuais, a sociedade mantém certos ideais em relação à mulher, naturalizando a maternidade, considerando-a indispensável à condição feminina (MOTTA, 2001).

Contudo, na atualidade, a mulher pode optar ou não pelo desenvolvimento e exer-

cício da maternidade, graças ao advento da pílula anticoncepcional e também pelo processo que lhes possibilitou o ingresso no mercado de trabalho remunerado fora do lar (BARBOSA; ROCHA-COUTINHO, 2007; FONSECA, 2005). Hoje em dia, algumas mulheres optam por não serem mães por diferentes razões (PATIAS; BUAES, 2009). No entanto, muitas mulheres desejam ter filhos, isso é particularmente evidente entre aquelas que buscam a adoção, pois a capacidade de procriação é negada. Segundo McDougall (1997), o corpo dessas mulheres que vivenciam a situação de infertilidade, “projetado como promessa de bebês”, é confrontado com o fato de não gerar vida.

Na contemporaneidade, mesmo com as diversas escolhas que a mulher pode realizar, a maternidade ainda parece um fenômeno muito importante na vida da mulher e do casal, sendo percebido como “um destino feminino”. Quando o direito de ter filhos é negado pela impossibilidade biológica,

muitas mulheres, podem recorrer ao processo de adoção para poder realizar o desejo de ter um filho. Assim, a ideia da adoção nasce da necessidade de reparar uma impossibilidade ou “falha” biológica, que impediu que os filhos desejados fossem gerados pelas vias naturais. Frente a essa impossibilidade de gerar um novo ser, diferentes lutos e elaborações devem ser realizados. De fato, Pereira (2007) observa que a fantasia do bebê no contexto de adoção representa, muitas vezes, um sofrimento adicional por não gerar biologicamente uma criança.

O desejo que motiva a decisão da maternidade é importante, pois influencia o modo como a mulher vai encarar a espera pelo processo adotivo. Por isso, muitas vezes, o luto de não gerar vida, é lento e gradual, sendo necessária uma elaboração psíquica, que auxiliará a futura mãe adotiva a adaptar-se à nova situação. Nesse sentido, a futura mãe se depara com um grande desafio: transformar o puramente biológico em afetivo e psíquico.

Dessa maneira, percebe-se o lugar complexo que um filho ocupa no imaginário de uma mulher. O presente estudo busca compreender as percepções das mulheres inférteis sobre maternidade e sobre o filho ideal a adotar. Serão investigadas, principalmente, as características desejadas na criança a ser adotada por mulheres que aguardavam a adoção do primeiro filho na comarca de Santa Maria/RS.

Método

O presente trabalho apresenta um estudo exploratório de natureza qualitativa que, segundo Minayo (1997), consiste em trabalhar com um universo de significados, opiniões e atitudes de processos e fenômenos estudados. A pesquisa foi realizada com 8 mulheres, que tinham idade entre 30 e 45 anos, casadas, sem filhos biológicos ou adotivos, que estavam

aguardando o processo de adoção na Vara da Infância e da Juventude do Fórum de Santa Maria/RS. Todas as mulheres estavam aguardando pela adoção, por um período de no mínimo seis meses.

O instrumento de captação das informações para a presente pesquisa foi uma entrevista semidirigida individual, com questões semiestruturadas. Essa forma de entrevista é utilizada quando o pesquisador conhece a maioria das questões a perguntar, porém não pode prever as respostas, sendo que é dirigida conforme o objetivo da pesquisa. Dessa maneira, o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto, sem respostas ou condições prefixadas pelo pesquisador, para que se tenha maior possibilidade de respostas e um maior aprofundamento do tema (MINAYO, 1997).

Inicialmente, entrou-se em contato com as participantes via telefone, sendo explicados detalhadamente os objetivos desse estudo, sendo as mesmas convidadas a participar de uma entrevista individual. Além disso, foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que garante o sigilo em relação à identidade e às respostas das participantes. Os entrevistados foram detalhadamente informados sobre os propósitos do estudo, assim como dos riscos e benefícios associados aos procedimentos e do direito de interromper a participação quando for necessário. Esse trabalho está de acordo com os procedimentos éticos do Conselho Nacional de saúde 196/96 para pesquisa com seres humanos. O presente projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética do Centro Universitário Franciscano, sob o registro na CONEP N° 1246 e CEP-UNIFRA 341.2008.3.

Para analisar as informações coletadas através das entrevistas, utilizou-se uma análise de conteúdo temática, segundo proposta de Bardin (1977). A análise de conteúdo é uma técnica que pretende explorar, sobretudo, as informações coletadas, de forma extensi-

va. Em termos operacionais, inicialmente realizou-se uma leitura flutuante do material para tomar contato com o mesmo. Essa leitura busca a construção de hipóteses, sendo a análise do material guiada pelas questões de pesquisa ou teorias conhecidas sobre o fenômeno. Em um segundo momento, realizou-se a organização do material, em categorias, sendo observadas as regras de exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência do material pertencente a cada categoria. Por fim, procedeu-se ao tratamento e interpretação dos resultados, sendo efetuada uma análise das informações obtidas, à luz da revisão da literatura realizada sobre o fenômeno.

Resultados e Discussões

Este trabalho apresenta um estudo sobre a espera pela maternidade no contexto da adoção. Dessa maneira, teve como objetivo compreender o que as mulheres inférteis pensam sobre maternidade e como isso influencia na escolha do perfil da criança a ser adotada. A partir dos objetivos do estudo, a análise das informações gerou duas categorias: “Expectativas em relação a maternidade: um filho preenche o sentimento de vazio?” e “Percepções sobre a criança a ser adotada: à imagem e semelhança”, que serão descritas a seguir.

Expectativas em relação a maternidade: um filho preenche o sentimento de vazio?

Ao longo do desenvolvimento da pesquisa observou-se que o sentimento de solidão foi um elemento propulsor, relatado por algumas participantes, para a busca pela maternidade adotiva, quando essas não conseguiram gerar um filho biologicamente. Na representação

das entrevistadas, ser mãe pode trazer gratificações, proporcionando inúmeros ganhos para a vida feminina, inclusive, o sentimento de não se sentir mais sozinha no mundo. Este sentimento também foi observado em estudo realizado por Bonini-Vieira (1996), com dez mulheres entre trinta e quarenta e nove anos, pertencentes à classe média urbana, que realizaram a opção de permanecer sem filhos. Apesar da possibilidade biológica de gestar e sua opção por não fazê-lo, as entrevistadas desse estudo admitiram sentir-se sozinhas, pelo fato de não possuírem filhos. Em nosso estudo, o sentimento de solidão como um fator motivador para o processo de adoção pode ser observado em alguns depoimentos:

Me sinto muito sozinha, às vezes me dá um negócio [...] se eu tivesse um filho ia passar o dia funcionando. Ia ocupar meu dia e não teria tempo para pensar bobagem. Então se tu tem filho tem uma companhia, se tem companhia é outra história, eu penso que eu não quero ficar sozinha uma vida inteira (Leticia).

Depende do dia eu penso nele. Que me faz falta. Depois tu pensa, vê que faz falta, muita falta, dá uma solidão em vários momentos. Dá tipo uma carência, mas eu me sinto feliz quando penso que vou poder ter alguém para sentir e dividir este amor que se tem entre mãe e filho (Mariana).

As entrevistadas, em suas falas, apresentaram representações tradicionais de família e maternidade. A família para elas é composta pelo pai, mãe e filhos, sendo essa um ninho afetivo, no qual prevalece o amor entre os membros. Nota-se assim que a maternidade torna-se um valor, sendo considerada parte do processo “natural” e social que a mulher deve experienciar em sua vida, pois ela está intimamente associada à concepção de família.

Atualmente, mesmo face à possibilidade da escolha feminina de ser ou não mãe, per-

manece a ideia de que a família e a mulher estão ligadas, a representação que a mulher só se torna completa a partir da maternidade, ainda é forte nos dias de hoje. De fato, Castro (2002) relata que a maternidade é culturalmente definida como um amor incondicional e natural à condição feminina, pois a mulher é a responsável biológica pela manutenção e cuidados com a criança. A “ideologia da maternidade vivida ainda hoje em nossos dias confere a todas as mulheres a capacidade natural de amar os filhos, e cuidar deles, sem restrições” (MOTTA, 2001, p. 68). As participantes desse estudo parecem concordar com essas representações, podemos observar isso em seus relatos:

Um filho vai completar tudo na minha vida. Eu quero um companheirinho ou companheirinha pra mim, assim não vou ficar sozinha nunca mais. Ah tem que ter filho, parece que vai saindo da gente uma vontade de encher a casa com um filho. Parece que falta alguma coisa na vida da gente. Um filho é tudo na vida, eu acho. Vai trazer uma alegria tremenda, que nem sei explicar em palavras (Roberta).

A partir de uma visão psicanalítica, Brazelton e Cramer (2002) descrevem que ter um filho implica em motivações narcisistas, o desejo de fundir-se com outro e, assim, conservar a imagem idealizada de si mesmo, como um ser completo e onipotente. O desejo de ter um filho, para Ribeiro (2004), origina-se e permanece vinculado a necessidade narcísica de imortalidade do eu. A autora acredita que a parentalidade parece ser uma importante realização narcísica, ver um pouco de si mesmo nos filhos. Esses aspectos são observados nas falas das entrevistadas desse estudo, na medida em que descrevem seu desejo de duplicar a si mesmas vai ser satisfeito pela existência da criança. O filho vem ser a resposta aos sentimentos de vazio e à sensação de incompletude presente em seus

cotidianos, que as entrevistadas descrevem. Parece existir uma expectativa explícita de que a maternidade ocorra para preencher as necessidades pessoais destas mulheres, tais como: evitar a solidão, completar algo que falta e satisfazer carências de afeto vividas.

Cabe lembrar que a maternidade foi construída social e culturalmente, sendo concebida como destino inevitável e natural da mulher. Essas representações existem até hoje, contribuindo para essa noção que se a mulher não é mãe, algo lhe falta (ARIÈS, 1981; BADINTER, 1985; BEAUVOIR, 1980). Apesar de novas oportunidades e possibilidades com as quais a mulher se depara hoje em dia, ainda permanece a concepção de que mulher deve ser mãe. As mulheres entrevistadas compartilham dessa concepção e relatam sentir falta de não serem mães. Muitas delas descrevem que sofrem pressões sociais, que podem ser causadoras de sofrimento e de sua busca atual pela maternidade adotiva.

Eu tô louca pra ter alguém que não me deixe dormir, alguém que me dê bastante serviço. Ter um filho, ter alguém pra preencher minha vida. Domingo a gente não tem o que fazer, acorda às seis da manhã e fica lá tomando mate. Tu arruma toda casa, a casa tá limpa, linda, e não tem ninguém para desarrumar. Quanto vê ta tudo muito perfeito, precisa de alguma coisa, alguma novidade, falta alguma coisa (Letícia).

Pra mim a maternidade é uma lacuna que precisa ser preenchida. Muito né? Ansiosamente! Bastante assim sabe. Porque um filho vai me dar muita alegria, e também tem uma realização diferente que eu ainda não conquistei. O momento que isso acontecer vai ser a coisa mais, o presente mais maravilhoso que poderia receber na vida (Ângela).

Eu quero sentir no meu colo, é este aconchego que eu quero ter na minha

vida, isso sim que eu quero realizar, ter um filho e me sentir completa e com paz e tranquilidade (Renata).

De acordo com Sigal (2003), tanto homens quanto mulheres projetam no filho o que desejam ou lhes falta. A autora ressalta que o nascimento de uma criança estimula a onipotência, permitindo aos pais exercer um poder, que cria a ilusão de se estar distante dos sentimentos de angústia de desamparo. Fato que pode ser notado na fala de Renata. Para a entrevistada, o filho lhe trará paz e tranquilidade, sendo também concebido como fonte de proteção e aconchego.

Stern (1997) também nos mostra que quando uma mulher pretende tornar-se mãe ocorre uma reorganização de sua identidade, ou seja, ocorre uma modificação na sua representação de si e na forma como a mulher direciona sua energia para o mundo. Esse processo, modifica os investimentos emocionais femininos, fazendo com que a mulher priorize as atividades relacionadas à maternidade. As entrevistadas desse estudo indicam que estão realizando esse novo direcionamento de suas energias, colocando a maternidade como um elemento central em suas vidas e identidades. Para elas, um filho simboliza um presente, um novo investimento afetivo que lhes trará completude, e reorganizará tanto sua identidade pessoal como sua relação com o mundo (marido, família de origem, amigos, entre outros).

De fato, os relatos indicam que existem grandes expectativas em relação à criança. O filho, na representação de algumas entrevistadas, está associado a sensações de preenchimento psíquico da vida conjugal e do próprio lar. A criança é bastante valorizada, pois torna maior a união do casal. Assim, a maternidade é “uma lacuna que precisa ser preenchida”, como revela Ângela.

Nesse sentido, as falas das entrevistadas indicam que a família para ser completa

precisa de filhos. Levinzon (2004) revela que o sentimento de filiação dá sentido a um casal, pois representa um terceiro referencial que completa o equilíbrio do mesmo. Para a autora, o desejo de imortalidade do eu estende-se para o casamento, pois o filho é o resultante historicamente esperado da relação conjugal. Segundo Ribeiro (2004), o filho é o que sustenta a união, por que a situação de infertilidade não é somente uma crise individual, mas uma crise vivida pelo casal. A situação de infertilidade impele o casal a reavaliar o sentido de seu relacionamento, já que socialmente ainda permanece a ideia de que um casal para ser uma família, deve possuir filhos. Essas ideias se encontram presentes nos relatos a seguir.

Eu até disse para meu marido, vamos nos separar! Por que eu não vou conseguir te dar um filho nunca (Roberta).

Com essas dificuldades de ter filho daí eu disse: tá, meu marido vai me trocar por isso! (Renata).

Percebe-se, através dos relatos, que um filho é visto como necessário para a manutenção do casamento, pois essa relação entre casamento/procriação foi historicamente construída (ARIÈS, 1981). Trindade e Enumo (2002) afirmam que muitos casais concebem um filho como forma de legitimação da união. A maternidade, muitas vezes, é a única via que autoriza fazer-se mulher para um homem (VIANNA, 2002). Ou seja, o filho pode ser requerido como aquele que vem para ser salvador do indivíduo, ou até mesmo, da vida conjugal do casal.

Lembramos que um filho está historicamente ligado a ideia de feminilidade da mulher. Concepções como: “para ser mulher de verdade, é preciso ser mãe” permanecem no imaginário popular (MANSUR, 2003). As entrevistadas parecem sentir-se desvalorizadas sem poder dar um filho ao marido, e isto pode tornar a relação do casal insusten-

tável. Algumas entrevistadas indicam que já pensaram em separar-se do marido por não conseguirem concretizar o processo de maternidade.

Percepção sobre a criança a ser adotada: à imagem e semelhança

Weber (2004) afirma que os pais adotantes, que recorrem à adoção em razão da sua incapacidade reprodutiva, tendem a fazer mais exigências quanto às características da criança a ser adotada do que aqueles que fazem por outras razões. A autora ainda ressalta que os pais adotantes costumam desejar uma criança com a menor idade possível e que o filho adotado se pareça com os pais adotivos. Esses elementos expressam a necessidade dos adotantes em imitar uma família biológica, cujas características resultam em semelhanças entre pais e filhos, nem que essas semelhanças sejam adquiridas através de elementos comportamentais e não biológicos (exemplo: educação ministrada, jeito de vestir, de ser). Amim e Menandro (2007) também observam que os postulantes à adoção no Brasil preferem crianças recém-nascidas, do sexo feminino e de cor branca. Por que as escolhas das características do filho adotivo estão ligadas a desejo narcísicos e aos ideais de família, baseados nas representações histórica da mesma.

Nessa pesquisa, as entrevistadas revelam que gostariam de um filho que se pareça com elas, em termo de fisionomia, e que as crianças sejam menores de dois anos. As justificativas oferecidas por essas preferências decorrem do desejo de que a mesma possa ser “moldada” segundo a personalidade e o “jeito” (comportamento, atitudes, valores) dos pais adotivos. A adoção tardia (de crianças maiores) na representação das participantes implica em uma sensação de perda, uma vez que as participantes consideram que não

acompanharão as fases de crescimento do filho que pretendem adotar. As entrevistadas acreditam também que correm maiores riscos por desconhecer a educação pregressa da criança que pretendem adotar. Observe os depoimentos a seguir.

Ah se eu pegar de dois anos, mais velho tem muita coisa que a gente não acompanhou até mesmo a educação, por exemplo, vai ser uma judiaria, por que na educação tu acabas perdendo. O bebê tu pode ensinar tudo. Vê as primeiras coisinhas, o desenvolvimento, as fases, o primeiro aninho, as primeiras palavrinhas, essas coisinhas não quero perder (Luíza).

Eu quero pequena, por que eu não quero pular tantas fases. Quero ter o privilégio de ter a convivência desde cedo, de ver que ela será parecida com a gente (Renata).

As entrevistadas acreditam ser mais fácil criar uma criança pequena, pois uma mais velha já possui maior história anterior, que lhes é desconhecida. Já a criança menor de dois anos de idade é percebida como sendo mais fácil de se modelar e, desta forma, torná-la o mais parecido possível com os pais adotantes, no que se refere aos comportamentos e valores.

Na opinião das entrevistadas, essas construções de uma história conjunta, de maneira precoce na vida da criança, torna mais fácil o estabelecimento de uma relação e vínculo com a criança. Isso é justificado pelas entrevistadas que consideram que poderão realizar um melhor acompanhamento do desenvolvimento da criança. As participantes ressaltam que desejam acompanhar todas as vivências do filho desde “o primeiro aninho até as primeiras palavrinhas”.

Outra razão para a escolha de crianças menores de dois anos são os receios e medos que as entrevistadas apresentam no que se

refere à educação da criança. Na concepção das participantes, uma criança maior pode não aceitar os padrões estabelecidos pela família adotiva, por já possuir sua “mentalidade” formada.

Eu prefiro pequeno, de zero a dois anos. Grande eu penso que já tá formado a mentalidade. E pequeno, é mais fácil de ter o jeitinho da gente, até bem mais parecidinho com a gente, e grande não entra no nosso ritmo tão fácil (Roberta).

Quero bem pequena, é que a gente deseja que seja educada por nós, ainda quando pequena (Letícia).

Desta forma, quando mais nova for a criança mais os pais adotantes sentirão a criança como estando vinculada a eles, sendo possível, especialmente nos momentos iniciais, lhe transmitir facilmente sentimentos, valores e comportamentos. Nesse sentido, Ajuriaguerra (1976) lembra que, com uma idade precoce, os modos de relação mãe-filho são mais estreitos, sendo o afeto criado por esta inter-relação, uma boa garantia de desenvolvimento normal.

Essa concepção é fortemente desenvolvida pela Psicologia, através de suas teorias. Destaca-se que, a partir do momento em que se construiu a noção de infância como uma etapa de desenvolvimento que precisa de atenções especiais, os profissionais/especialistas começaram a ditar as regras sobre o cuidado infantil, sendo a Psicologia uma das especialidades que ofereceu e ainda oferece diferentes contribuições para o tema. Por exemplo, Donald Winnicott, nos fala da necessidade da criança possuir uma “mãe suficientemente boa” para ter um desenvolvimento saudável. Para o autor, desde os primeiros momentos da vida, é necessário ter uma mãe (ou cuidador) que oferte ao bebê tudo o que ele precisa, desde a atenção a necessidades de básicas - como alimentação, troca de fraldas, etc até à necessidades

psicológicas - como a oferta de afeto e o estabelecimento de limites (MELLO FILHO, 2002). Muitas dessas ideias presentes nas teorias psicológicas foram divulgadas e hoje são compartilhadas pelo senso comum. Assim, as entrevistadas consideram importante esses momentos iniciais do bebê, e desejam viver com o mesmo uma relação que seja considerada satisfatória para ambos.

Além disso, a opção por adotar uma criança com pouca idade pode ser uma alternativa encontrada por mães adotantes para superar possíveis traumas que a criança sofreu em sua vida intrauterina. O bebê pode não ter sido desejado e/ou provir de uma família que apresente problemas psicológicos, biológicos, sociais, entre outros. Assim a criança adotada, a priori, é percebida como uma criança não desejada por seus pais biológicos. Essa rejeição pode ter gerado traumas na mesma. As entrevistadas ao buscar precocemente uma nova relação de afeto buscam minimizar tanto o sofrimento da criança, como seu próprio sofrimento, por não ter vivenciado experiências e sentimentos, considerados importantes, presentes na gravidez. Além disso, fantasias e crenças sobre as origens dos pais biológicos também contribuem para os receios e representações apresentados pelas mães adotivas sobre a personalidade do futuro filho(a) adotivo(a). Esse tema será melhor discutido a seguir.

Como apontado, outro fator que se associa a esses aspectos é a não vivência da experiência da gravidez biológica, afirmada como uma fase importante pelos especialistas para a construção do vínculo pais-criança. Por isso, essas participantes consideram que o processo de adoção apresenta algumas desvantagens, que devem ser amenizadas ou reduzidas através da vinculação pais adotivo-criança o mais rápido possível. Todos esses elementos contribuem para que essas mães busquem uma criança recém-nascida. Para as participantes seria mais fácil tornar essa

criança parecida com a família adotiva, uma vez que apenas o tempo da gravidez deveria ser recuperado, sendo que as primeiras influências sociais e ambientais no comportamento do bebê já seriam efetuadas pelos pais adotivos. Soma-se a isso, a opção de adotar uma criança pequena que se pareça com as participantes, que tem por objetivo facilitar a identificação com a mesma. A semelhança física também possibilita, ao casal adotante, a construção de fantasias de que o filho foi gerado pelos adotantes.

As informações descritas nesse estudo são similares às apresentadas por Hubner e Siqueira (2010). As autoras encontraram que os casais na fila de espera de adoção demonstram tanto uma preferência por bebês como um preocupação com a bagagem genética da criança. Além disso, os pais por elas entrevistados apresentaram uma preocupação com o momento da revelação da situação de adoção para a criança e com a possibilidade da criança procurar os pais biológicos.

Compreende-se então o desejo dos pais que buscam na adoção uma maneira de continuidade e semelhança entre si e a criança, essa é uma forma de reforçar o vínculo mais facilmente (WEBER, 2004) e, provavelmente, evitar situações consideradas indesejadas como a obrigatoriedade da revelação da situação de adoção e do filho buscar os pais biológicos. Logo, ao buscar que a adoção ocorra de maneira precoce e seja realizada a partir do grau máximo de similitude possível entre criança e pais adotantes, os pais buscam evitar riscos, facilitando e fortalecendo o vínculo de parentalidade em relação a criança a ser adotada (HAMAD, 2002). Weber (2004) compreende essa busca como uma maneira de fraudar o hereditário e de tornar a adoção não evidente.

Sou negra, meu marido é negro, ai se eu pegar uma criança branca vai ficar muito gritante. Então quando mais próximo ela for da gente melhor. Por que as dife-

renças ficam muito grandes se eu adotar uma loirinha ou vermelhinha. E também não vai estar escrito na testa dela, sou adotada (Renata).

Weber (2004) ainda observa que uma pessoa, que decide adotar uma criança cujas características raciais sejam diferentes das suas, tem grande probabilidade de enfrentar preconceitos em dobro no Brasil, tanto no que se refere a adoção, quanto a diferença de cor da pele. Por isso, cabe ressaltar que por trás do interesse dirigido à origem da criança, há um efeito do discurso social, fato que a participante Renata declara. Os preconceitos existentes na sociedade acabam por levar os adotantes a procurar na(s) criança(s) que pretendem adotar as características mais desejadas por eles próprios, e que terão maior probabilidade de serem aceitas no meio em que vivem.

Porém, a identidade da criança adotiva, qualquer que seja sua cor, depende do modo como ela é inserida na linhagem psicológica de seus pais adotivos (HAMAD, 2002). Assim, adotar uma criança parecida com os pais é uma maneira de refazer o laço biológico. A busca por semelhança física, com o filho idealizado, também é uma expressão de sentimentos narcísicos. Os pais buscam tanto dar continuidade a si mesmo, como esconder possíveis falhas percebidas em si mesmos (como a situação de infertilidade). Ou seja, ao buscar uma criança parecida consigo há uma possível evitação de comentários de outras pessoas, da necessidade de explicações sobre a vida íntima familiar e da procedência da criança.

Aí tu leva pro colégio: ‘ah, mas por que dessa cor?’ Aí um dia na formatura, e quando vê os pais, ah, mas como assim? Eu não quero todo mundo perguntando da minha vida íntima! (Renata).

No que se refere à preferência pelo sexo da criança, a maioria das participantes gos-

taria de ter uma “menininha/guriazinha”. As entrevistadas que não decidiram por meninas, optaram por ambos os sexos, nenhuma entrevistada afirmou que gostaria de adotar um menino. Os trechos das falas a seguir evidenciam as expectativas com relação ao fato de ter uma filha mulher.

Eu quero menininha, eu gosto mais de menina, e meu marido tem xodó por meninas, ele também ia amar. E também eu escolho menina por ser mais caseira mais fácil de cuidar, e ser mais companheira (Renata).

Ah mil vezes guriazinha, certamente. Meu marido também adora menina. Eu sempre sonhei com uma, pra mimar e enfeitar muito (Tânia).

Eu sempre tive na verdade preferência por menininhas, primeiro. E tenho até nome pra menina, quero guriazinha, e na minha família só tem menina também, então se vier mais uma vai ser uma festa só (Mariana).

Alckmin (2002) afirma que o corpo de uma filha apresenta-se como uma duplicação, uma continuação para a subjetividade materna. Zalberg (2003) concorda com essa ideia, acrescentando que uma filha, para a mulher, implica na própria auto-imagem feminina. A escolha pelo sexo feminino também é associada a uma preferência do parceiro. Essa preferência pode estar relacionada aos estereótipos culturais de gênero que relacionam o sexo feminino à docilidade e domesticidade (AMIM; MENANDRO, 2007). Apesar de não ter sido expresso diretamente nas entrevistas, pode haver um receio de uma criança do sexo masculino. Parece que a combinação biologia desconhecida e as representações de que o menino pode ser mais agressivo ou de difícil manejo faz com que as entrevistadas não escolham o sexo masculino para criança a ser adotada. Prevalece uma ideia de que

criar uma menina é mais fácil do que criar um menino. A mulher dotada de fragilidade e emoções é mais facilmente educada e caseira de que o menino (AMIM; MENANDRO, 2007).

Bolzan e Dias (2009) observam que a família adotante pode apresentar diferentes preconceitos em relação à criança adotada. Em um estudo realizado com psicólogos e assistentes sociais que trabalham com adoção no município de Santa Maria, as autoras encontraram que um dos principais obstáculos à adoção são as representações dos futuros pais sobre o background biológico infantil. Os pais adotantes apresentam receios que a criança adotada possa trazer consigo os aspectos “ruins” e patológicos da família que a gerou. Os pais biológicos são, a priori, percebidos como desviantes e inadequados, uma vez que rejeitaram a criança a ser adotada. Além de falhas morais, dúvidas sobre a genética da criança são muito presentes e fortes nas situações de adoção. Alguns pais adotivos atribuem grande importância a fatores hereditários, esquecendo-se de que os fatores ambientais que afetam o desenvolvimento das crianças. Como indicado, os preconceitos não são apenas relativos a fatores genéticos, mas também são de cunho social, uma vez que desconhecem as origens, comportamentos e motivações dos pais biológicos que geraram àquela criança.

Além das questões já apontadas, cabe lembrar que o sexo do filho traz implicações no lugar que esse vai ocupar na dinâmica familiar. A entrevistada Mariana, por exemplo, considera que como já existem diversas mulheres na família, mais uma poderá ser beneficiada por afinidades e semelhanças que ocorreram nessa situação. Segundo Ghirardi (2005), os pais depositam no filho seus ideais, renúncias, frustrações e aspirações. Rafael-Leff (1997) afirma que a criança é delimitada na realidade psíquica da futura mãe e tem um lugar designado entre as muitas imagens

de importantes figuras de seu mundo interno. Percebe-se isso, em especial, quando as entrevistadas dizem optar por uma filha para mimar e enfeitar. Ou seja, uma filha também pode representar uma possível resolução para os problemas referentes à sua própria feminilidade, que pode estar abalada pela situação de infertilidade.

Considerações Finais

As entrevistadas apresentam concepções tradicionais de família e maternidade – “toda mulher tem que ser mãe” e “família com pai, mãe e filhos é sinônimo de família feliz” (ARIÈS, 1981; BADINTER, 1985). Assim, face à situação de dificuldades de engravidar ou de infertilidade do casal a adoção emerge como uma solução para o sentimento de frustração frente à impossibilidade biológica de gestar. Esses aspectos são características das falas das entrevistadas. As entrevistadas compartilham com alguns estereótipos históricos sobre a família e sobre a própria identidade feminina.

Isso, por sua vez, associa-se a visão que essas mulheres apresentam sobre a criança a ser adotada. Essa criança deverá reproduzir tanto física como emocional e comportamentalmente os valores e atitudes dos pais adotantes. Nesse sentido, a adoção é regida pela lógica da filiação de sangue, sendo importante minimizar fatores que a explicitem para a sociedade que essa situação de adoção. Para Weber (2004), é exatamente disso que se trata a demanda dos candidatos à adoção: “um bebezinho para criar à nossa imagem”.

Questiona-se: seria uma imitação da situação biológica de filiação a adoção? Aparentemente sim, sendo esse elemento uma questão importante ao casal adotante. Por outro lado, esse elemento torna o processo de adoção mais demorado. Os resultados indicam que os perfis não são compatíveis entre crianças

e adotantes, sendo que algumas mulheres estão a mais de três anos na lista de espera de uma criança, por realizarem essa, e outras exigências, no que se refere ao tempo de vida do bebê. De fato, ocorre uma desproporção entre as demandas e as possibilidades de adoção, pois os adotantes aceitam somente crianças menores de dois anos de idade e semelhantes a si próprios.

A questão da filiação adotiva aparece repleta de ambivalências. Uma das principais preocupações observadas, refere-se à herança genética que a criança traz consigo ao nascer, pois a cultura dos laços de sangue é muito presente no imaginário popular sobre adoção. Os preconceitos existentes na sociedade acabam por levar os adotantes a procurar na criança que pretendem adotar, as características mais desejadas por eles próprios e também aceitas no meio no qual vivem. Podemos afirmar que adotar uma criança parecida com os pais adotantes é uma maneira de refazer o biológico através da semelhança física com o filho adotado, que assim assemelhar-se-á ao filho idealizado, reflexo de si próprio, que confere o senso de imortalidade aos pais. Além disso, um filho parecido com os pais pode possibilitar que se mantenha o segredo da adoção e situação de infertilidade do casal. Essa similaridade entre pais/criança pode evitar comentários de outras pessoas e explicações sobre a vida íntima, ao longo da vida da família, que podem ser despertadas, quando a situação de adoção se torna evidente por dessemelhanças entre os pais adotantes e seu filho.

Outro aspecto interessante identificado ao longo da pesquisa foi à preferência pelo sexo feminino para a criança adotada. Concepções como: “a menina é mais fácil de educar que menino”, “menina é mais caseira”, “meninas se envolvem em menos problemas que meninos” podem ser observados entre pais adotantes, segundo Amim e Menandro (2007). Nesse sentido, a passividade feminina

parece amenizar a biologia desconhecida presente na situação de adoção. Lembramos que pais adotantes apresentam temores sobre a personalidade e o comportamento dos filhos adotivos associados a questões dos laços consanguíneos desconhecidos ou maculados pela própria situação de abandono do filho adotivo pelos pais biológicos das crianças adotadas. Encontramos, entre essas participantes, a expectativa que ao adotar meninas, esses problemas serão minimizados ou superados.

Durante a fase de coleta de informações chamou a atenção que na lista de pretendentes

à adoção no Fórum de Santa Maria/RS haviam cadastros de casais com preferência por crianças mais velhas, com mais de três anos de idade, ou seja, o que se considera uma adoção tardia. Ao passo que, casais sem filhos, como vimos nessa pesquisa, desejam crianças da menor idade possível, o que em sua totalidade, recaem sobre a solicitação de crianças de no máximo dois anos, como pode ser percebido nesta pesquisa. Sendo este um questionamento para futuras pesquisas, pois, acredita-se na relevância de um estudo que identifique o porquê destas diferenças de idades das crianças nas pretensões dos adotantes.

NOTA

¹ Os nomes de todas as participantes desse estudo são fictícios.

AUTORES

Fernanda Donato Mahl - Psicóloga, Bolsista AT (NS) CNPQ na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Integrante do Grupo de Pesquisa: Avaliação e Intervenções no Desenvolvimento Humano, da Linha de Pesquisa: Saúde, Desenvolvimento e Contexto Sociais. Especializando em Psicopedagogia (UNIFRA), Santa Maria, RS. E-mail: fe.donato@hotmail.com

Fernanda Pires Jaeger - Psicóloga, Mestre em Psicologia (PUC-RS), Santa Maria, RS. Professora do Curso de Psicologia do Centro Universitário Franciscano - SM (UNIFRA). E-mail: nandajaeger@hotmail.com

Naiana Dapieve Patias – Psicóloga. Mestranda da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Bolsista Capes. Integrante do Grupo de Pesquisa: Avaliação e Intervenções no Desenvolvimento Humano, da Linha de Pesquisa: Saúde, Desenvolvimento e Contexto Sociais. E-mail: naipatias@hotmail.com

Ana Cristina Garcia Dias – Psicóloga. Coordenadora do Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento (USP). Coordenadora do Grupo de Pesquisa: Avaliação e Intervenções no Desenvolvimento Humano, da Linha de Pesquisa: Saúde, Desenvolvimento e Contexto Sociais. E-mail: anacristinagarcias@hotmail.com

REFERÊNCIAS

- ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.
- AJURIAGUERRA, J. **Manual de Psiquiatria Infantil**. Rio de Janeiro: Masson Brasil, 1976.
- ALCKIMIN, H. Tornar-se mulher: semelhante e estranha. In: ALONSO, L.S.; GURFINKEL, A. L.; BREYTON, D. M. **Figuras Clínicas do Feminino no Mal-Estar Contemporâneo**. São Paulo: Escuta, 2002.
- AMIM, I. D.; MENANDRO, P.R.M. Preferências por características do futuro filho adotivo manifestadas por pretendentes à adoção. **Interação em Psicologia**. v.11, nº 2, p. 242-252, Julho/Dezembro, 2007.
- BADINTER, E. **Um Amor Conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BARBOSA, P. Z.; ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. Maternidade: Novas Possibilidades, Antigas Visões. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 163-185, 2007.
- BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. v. 2. 1980.
- BOLZAN, C. S.; DIAS, A.C.G. **As representações dos profissionais que trabalham com adoção**. Texto completo apresentado no IV CONPSI – Congresso Internacional de Psicologia, X Semana de Psicologia da UEM (Universidade Estadual de Maringá). Data: 26 a 29 de Maio de 2009. Anais do IV CONPSI – Congresso Internacional de Psicologia, X Semana de Psicologia da UEM.
- BONINI-VIEIRA, A. **Definidas pela negação, construídas na afirmação: a perspectiva de mulheres não mães sobre a maternidade e seu projeto de vida**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Editora 70, 1977.
- BRAZELTON, T.B; CRAMER, B.G. **As Primeiras Relações**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- CASTRO, A.M.O. **Pessoa, Gênero e Família: Uma Visão Integrada do Direito**. Porto Alegre, RS: Livraria do Advogado, 2002.
- FONSECA, C. Concepções de Família e Práticas de Intervenção: Uma Contribuição Antropológica. **Saúde e Sociedade**. v. 14, n.2, p. 50-59, Maio/Agosto de 2005.
- GHIRARDI, M.L.A.M. A Presença da Infertilidade no Contexto da Adoção. In: VOLICH, R.M.; FERRAZ, F.C.; RANNÃ, W. **Psicossoma IV - Corpo, História e Pensamento**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.
- HAMAD, N. **A Criança Adotiva e suas Famílias**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2002.
- HUBNER, M.Z.; SIQUEIRA, A.C. Pais Por Adoção: a adoção na perspectiva dos casais em fila de espera. **Psicologia: Teoria e Prática**, v. 12, n. 2, 200-216, 2010.
- LEVINZON, G. **Adoção**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.
- MALDONADO, M. **Psicologia da Gravidez: Parto e Puérperio**. São Paulo: Saraiva, 2002.
- MANSUR, L.H.B. **Sem Filhos: A Mulher Singular no Plural**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

- MCDUGALL, J. **As Múltiplas Faces de Eros**: Uma Abordagem Psicoanalítica da Sexualidade Humana. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- MELLO FILHO, J. Desenvolvimento humano e a situação terapêutica. In: MELLO FILHO, J. **O Ser e o Viver: Uma visão da obra de Winnicott**. São Paulo: Cada do Psicólogo, 2002. p. 39-70.
- MINAYO, M.C.S. **Pesquisa Social**: Teoria, Método e Criatividade. Petrópolis: Vozes, 1997.
- MOTTA, M.A.P. **Mães Abandonadas**: a entrega de um filho para a adoção. São Paulo: Cortez, 2001.
- PATIAS, N. D.; BUAES, C. S. Não têm filhos? Por quê? **Disciplinarum Scientia**, Série Ciências Humanas, v. 10, nº 1, p. 121-133, Anual, 2009.
- PEREIRA, R. C. **Direito de Família**: Uma abordagem Psicanalítica. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.
- RAFHAEL-LEFF, J. **Gravidez**: A História Interior. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- RIBEIRO, M. F. R. **Infertilidade e Reprodução Assistida**: desejando filhos na família contemporânea. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.
- SIGAL, A.M. A Psicanálise, o Feminino e sua relação com as Novas Técnicas de Reprodução Assistida. Estudos Gerais da Psicanálise: Segundo Encontro Mundial, **Anais**. Rio de Janeiro, 2003.
- STERN, D.N. **A Constelação da Maternidade**: O Panorama da Psicoterapia Pais/Bebê. São Paulo: Artes Médicas, 1997.
- TRINDADE, Z.A.; ENUMO, S.R.F. Triste e Incompleta: Uma Visão Feminina da Mulher Infértil. **Psicologia**. USP. v.13, 2002.
- VIANNA, M. C.; et al. Filho, pra que te quero? In: ALONSO, L.S.; GURFINKEL, A. L.; BREYTON, D. M. **Figuras Clínicas do Feminino no Mal-Estar Contemporâneo**. São Paulo: Escuta, 2002
- WEBER, L. N.D. **Aspectos Psicológicos da Adoção**. Curitiba: Editora Juruá, 2004.
- ZALCBERG, M. **A Relação Mãe e Filha**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.